



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010032-64.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Ivanildo Jose Bezerra**  
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamentos S A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 27 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
**Dr. MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 1033/13

### VISTOS.

**IVANILDO JOSÉ BEZERRA** propôs a presente ação **REVISIONAL DE CONTRATO** em face de **BANCO BRADESCO**.

Segundo a inicial, na avença especificada há cobrança indevida de “TARIFA DE CADASTRO”. Pede a procedência da ação para ver declaradas nulas as disposições abusivas e para que a requerida seja condenada a restituir o valor cobrado a título de retorno financeiro.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 33 e ss alegando preliminares de inépcia da inicial e carência da ação. No mérito, argumentou que a tarifa cobrada está prevista no contrato e ao assinar a avença



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

o autor com ela concordou. No mais, rebateu a inicial, pontuou pela legalidade da cobrança e pediu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 50 e ss.

As partes foram instadas a produzir provas e permaneceram inertes (fls. 54).

Declarada encerrada a instrução, apenas o autor apresentou memoriais (fls. 57/59).

**É o RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

O contrato foi firmado em 04/04/2012 (cf. fls. 17). Assim, ao caso se aplica a segunda tese do verbete do acórdão dos Recursos Especiais Repetitivos 1.251.331/RS e 1255.573/RS.

Nele foram cobradas apenas “Confecção de Cadastro para início de relacionamento” (R\$ 695,00) e Tributos (R\$ 959,79); este último não incluído no pedido.

A respeito cf. fls. 20.

Segundo o que foi decidido, na hipótese dos autos (contrato firmado após 30/04/08) a única tarifa permitida é justamente a “de Cadastro” nos moldes do deliberado pelo Conselho Monetário Nacional e ainda, desde que cobrada somente no início do relacionamento entre o consumidor e a Instituição Financeira.

Nesse diapasão, ainda, recentes decisões do TJRGS (Apelação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

70056364607) e TJSP (Apelação 0024541-842012), julgados no mês de setembro de 2013.

Nessa linha de pensamento, o autor não faz jus a nenhuma devolução.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

Diante da sucumbência, arcará o autor com as custas e despesas do processo e honorários ao patrono do banco, que fixo, por equidade, em 10% do valor da causa, observando-se o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

**P.R.I.**

São Carlos, 07 de julho de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**